



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL  
REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS  
PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL  
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS  
RECURSOS PESQUEIROS CONTINENTAIS DAS BACIAS DO PARAGUAI, PARANÁ, URUGUAI,  
ATLÂNTICO SUL E ATLÂNTICO SUDESTE - CPG BACIAS CENTRO-SUL  
**ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
REUNIÃO MISTA  
Três Lagoas, 10 e 11 de setembro de 2025

## **1. ABERTURA**

No dia 10 de setembro de 2025, às 08h, horário local, o Sr. Cristiano Quaresma de Paula, coordenador do CPG, deu início aos ritos iniciais da reunião, agradecendo a presença de todos e declarando formalmente aberta a 5ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste – CPG Centro-Sul.

O evento foi promovido pela Coordenação-Geral de Gestão Participativa Continental, vinculada ao Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal (SNPA/MPA), e realizado em formato híbrido, isto é, presencialmente e por videoconferência, transmitida pela Plataforma Microsoft Teams.

A reunião foi conduzida pelo coordenador do CPG Centro-Sul, Sr. Cristiano Quaresma de Paula, e pela secretaria-executiva composta pela Secretária Executiva, Sra. Bianca Larissa e pela Secretária Adjunta, Sra. Tatiane Almeida Lemos, conforme designação da Portaria de Pessoal MPA nº 300, de 05 de agosto de 2025, publicada no Boletim de Gestão de Pessoas do Governo Federal em 11 de agosto de 2025.

Após as apresentações iniciais, o coordenador Sr. Cristiano Quaresma de Paula solicitou que todos os participantes da 5ª Sessão Ordinária do CPG Centro-Sul se apresentassem, iniciando-se pelo on-line e logo após aos participantes presenciais.

## **2. PARTICIPANTES**

**Relação dos membros, titulares e suplentes e convidados da 5ª Sessão Ordinária CPG Centro-Sul realizada de forma mista (presencial e por videoconferência):**

**Coordenação Secretaria-Executiva do CPG Centro-Sul**

Senhor Cristiano Quaresma de Paula (Coordenador)  
Senhora Bianca Larissa Mesquita de Sousa (Secretária-Executiva)  
Senhora Tatiane Almeida Lemos (Secretária-Adjunta)

**Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo**

Senhora Paula Maria Gênova de Castro  
Senhor Jocemar Tomasino Mendonça  
Senhora Lídia Sumile Maruyama  
Senhora Maria Letizia Petesse  
Gabriella Cardoso Ribeiro

**Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura de Mato Grosso do Sul**

Senhora Janeide Muniz Lobato de Freitas

**Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Estado de Goiás - SFPA/GO**

Senhor Vinícius Souza Magalhães  
Senhor Diogo Lobo

**Colônia de Pescadores Z-15 José Moura, Estado de São Paulo**

Senhora Ana Paula Barreto

**Marinha do Brasil**

Senhor Alexandre Fonseca de Azeredo

**Colônia z10 do Estado do Mato Grosso do Sul**

Senhora Fabiana Brigato

**Colônia dos Pescadores Artesanais Z21/MS**

Senhora Luciene de Lima

**Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima**

Senhor André Luiz Ramos

**Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)**

Senhora Barbara Heck Schallenberger  
Senhora Elis Regina Fernandes dos Santos  
Senhor Gabriel Cardoso Neves  
Senhor Everton Melo Negreiros  
Senhora Inácia Mendes Boechat Biagi (SNPI)  
Senhor Marcus Vinícius de Lira Nogueira (SNPI)

**Grupo Técnico Científico (GTC)**

Senhora Juliana de Medeiros (Coordenadora)

**Equipe do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP) da Lagoa Mirim/RS**

Senhora Beatriz Demboski Búrigo

**Universidade Estadual de Maringá/PA**

Senhora Carla Pavanelli

**Colônia de Pescadores Z-27 / Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores do Estado de São Paulo**

Senhora Diva Helena Nogueira Miyazaki (Titular)

**Universidade Federal do Tocantins/TO**

Senhor Fernando Pelicice

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente do estado do Mato Grosso**

Senhora Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila

**Colônia de Pescadores Z-18 Ijuí/RS**

Senhor Itamir José Lizot

**Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado de Mato Grosso do Sul**

Senhora Jane Freitas

Senhora Moira Mansano Rosa

**Instituto Caracol e Conselho de Pesca em Mato Grosso**

Senhora Luciana Ferraz

**Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**

Senhor Luiz Sérgio Ferreira Martins

**Colônia de Pescadores Z-10 de Fátima do Sul/MS**

Senhora Maria Antônia Poliano

**Federação das Colônias e Associações de Pescadores do Estado do Espírito Santo (COPES)**

Senhora Marcella Nunes Tavares

**Mandato Deputado Goura - Curitiba/PR**

Senhora Isabela Delazari do Nascimento

**Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Rio Grando do Sul - SFPA/RS**

Senhor Frank Max Marques

**Sindicato dos Pescadores de Jaguarão, Arroio Grande e Santa Vitoria do Palmar-RS**

Senhor Olimar Jesus Ferreira Porto

**Universidade Estadual de Londrina, Estado do Paraná**

Senhor Mário Orsi

**Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**

Senhor Mauro Costa Cavalcante Filho (Titular)

**Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Goiás**

Senhor Max Vinícius de Paula Abreu

Senhora Simone Alves Barreto

**Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul**

Senhor Pedro Mendes

**Colônia de Pescadores Z-24 Presidente Epitácio, Estado de São Paulo**

Senhor Roberto Gorre

**Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade / Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental (ICMBio/CEPTA)**

Senhora Rosemary de Jesus de Oliveira (Titular)

Senhor Luiz Sérgio Ferreira Martins (Suplente)

**Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)**

Senhor Rothier Flores de Siqueira Júnior (Titular)

**Colônia de Pescadores Z-21 São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro**

Senhor Sirley Ornelas

**Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul**

Senhor Marlon Hilgert Arenhardt

**Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Icém, Estado de São Paulo**

Senhor Yoshiaki Nogueira Miyazaki

**Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo – Acert**

Senhor Ademilson Esquivel Rodrigues

**Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul**

Senhora Fânia Lopes de Ramires Campos

Senhora Mariana Borges

**Colônia de Pescadores Z-03, Três Lagoas/MS**

Senhor Milton Garcia Duarte

Senhora Luciana Aparecida de Almeida

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS**

Senhor Fernando Rogério Carvalho

Senhora Maria José Vilela

**Instituto Federal de Floresta de Minas Gerais – IFG/MG**

Senhor Roberto Coelho Diniz Lopes de Sousa

**Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Estado de Goiás**

Senhor João Asmar Júnior

Senhor Renan Krupok Matias

**Secretaria do Desenvolvimento Sustentável do Estado do Paraná**

Senhor Francisco Caetano Martin

### **Associação dos Pescadores Esportivos SOS Rio Piracicaba/SP**

Senhor Gian Carlos Rodrigues Machado

### **Associação de Pesca Esportiva de Três Lagoas/MS**

Júlio Roberto Silva

### **Assembleia Legislativa de Piracicaba/SP**

Senhor Matheus H. Martins

Senhor Renan Leandro Paes

### **Assembleia Legislativa do Paraná**

Senhora Carla Rocha Cavalotti

## **3. TEMAS APRESENTADOS/DISCUTIDOS**

### **3.1 APROVAÇÃO DA AGENDA**

Em seguida, o coordenador Cristiano Quaresma de Paula informou que a agenda preliminar da 5ª Sessão Ordinária do CPG Centro-Sul foi enviada previamente aos membros do Comitê, com o objetivo de possibilitar a avaliação e a sugestão de possíveis inclusões de pauta. Após o recebimento das devolutivas, a agenda foi ajustada e consolidada em seu formato definitivo, com o qual, foi apresentada aos presentes on-line e presencial e para posterior aprovação.

Assim, a agenda final contou com as seguintes pautas: 1) Abertura; 2) Apresentação dos Participantes; 3) Aprovação da Agenda; 4) Aprovação da Ata da 4ª Sessão Ordinária do CPG Centro-Sul; 5) Situação do Ordenamento Pesqueiro em Três Lagoas/MS; 6) Os Impactos no Recrutamento de Peixes em Rios Regulados com Barramentos; 7) Informe da Revisão da Instrução Normativa IBAMA nº 43, de 26 de julho de 2004; 8) Encaminhamentos do Workshop sobre repovoamento de ictiofauna nas bacias hidrográficas; 9) Apresentação do Plano de Trabalho de Revisão do Ordenamento do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Bacia do Paraguai; 10) Projeto de Discussão do Ordenamento e Regulamentação da Pesca Esportiva no Rio Piracicaba, elaborada pela entidade SOS Rio Piracicaba; 11) Protocolo de Prevenção e Proteção às Águas Continentais; 12) Devolutivas do Grupo Técnico-Científico do CPG Bacias do Centro-Sul; 13) Informes da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura; 14) Demandas Recepcionadas pela Secretaria Nacional de Pesca Artesanal – SNPA/MPA; 15) Devolutiva das Recomendações da 4ª Reunião Ordinária do CPG Centro-Sul; 16) Construção das Recomendações da 5ª Reunião Ordinária do CPG Centro Sul; 17) Definição da Data da 6ª Reunião Ordinária do CPG Centro-Sul; 18) Contribuições dos membros.

Após a apresentação da agenda definitiva com as pautas previstas, o coordenador Cristiano Quaresma de Paula consultou os participantes presentes e conectados remotamente sobre eventuais sugestões ou adequações à agenda.

Não havendo manifestações, o coordenador Cristiano Quaresma de Paula declarou a agenda da 5ª Sessão Ordinária do CPG Centro-Sul formalmente aprovada.

### **3.2 APROVAÇÃO DA ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CPG CENTRO-SUL**

O coordenador, Sr. Cristiano Quaresma de Paula, informou que a Ata da 4ª Sessão Ordinária do CPG Centro-Sul havia sido previamente encaminhada aos membros para leitura e eventuais contribuições. Em seguida, indagou se havia mais alguma sugestão ou proposta de modificação.

Não havendo manifestações adicionais, o coordenador declarou aprovada a Ata da 4ª Reunião Ordinária do CPG Centro-Sul.

### **3.3 SITUAÇÃO DO ORDENAMENTO PESQUEIRO EM TRÊS LAGOAS/MS**

O coordenador, Sr. Cristiano Quaresma de Paula, deu início à próxima pauta da reunião, referente à “Situação do Ordenamento Pesqueiro em Três Lagoas/MS”, tema desenvolvido pela sra. Luciana Aparecida de Almeida, da Colônia Z-03 de Três Lagoas/MS e apresentação do professor Fernando Carvalho, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS.

O sr. Fernando Carvalho inicia sua fala sobre o fator ordenamento pesqueiro, envolve três grandes faces, sendo eles o peixe, pescador e o ambiente e a partir disso que são feitas as contribuições da Colônia de Pescadores Profissionais Z-03 de Três Lagoas/MS.

Em seguida, ele apresenta um mapa do município de Três Lagoas/MS, localizado às margens do rio Tietê e à 2 quilômetros da usina hidrelétrica de Jupirá/MS. O sr. Fernando Carvalho destaca que é uma região que dispõe de recursos hídricos significativos, a exemplo do rio Paraná, foz do rio Tietê e a foz do rio Sucuriú.

O sr. Fernando Carvalho destaca a importância pesqueira do município de Três Lagoas, especificamente no Bairro de Jupirá, onde encontram-se a maior parte dos pescadores profissionais artesanais da colônia Z-03 em Três Lagoas. O bairro historicamente conhecido como uma região de pesca e caça abundantes, com extração de argila (lagoas marginais).

Logo após, o sr. Fernando Carvalho apresenta a estrutura atual da colônia z-03 de Três Lagoas, com dados coletados a partir do projeto desenvolvido pelo Termo de Execução Descentralizado (TED) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura. Dentro os dados apresentados havia o número de pescadores cadastrados na colônia, quantidade de entrevistas, idade média dos cadastrados, quantidade de peixes pescados em quilograma (média), dentre outros questionamentos relevantes a pesquisa socioeconômica, que segundo o sr. Fernando seria o diagnóstico inicial da colônia z-03.

Ele apresentou os principais peixes capturados pela colônia z-03, inicialmente apresentando os peixes nativos e não nativos. Em análise a lista de pescados capturados, o sr. Fernando menciona que há uma quantidade significativa de espécies não nativas presentes nas capturas relatadas pela colônia.

Em seguida, o sr. Fernando indica a espécie de peixe mais capturada, sendo ela a Corvina (*Plagioscion squamosissimus*), Porquinho (*Geophagus brasiliensis*) e Tucunarés (*Cichla sp.*).

O sr. Fernando Carvalho traz em sua apresentação sobre as principais demandas apresentadas pela Colônia de Pescadores Profissionais Z03, de Três Lagoas/MS. Dentre os elencados destacam-se:

- Problemas relativos à algas (*Egeria densa*) e o Mexilhão Dourado (*Limnoperna fortunei*);
- Poluição industrial e urbana (lodo);
- Liberar o acesso do reservatório para uso da área (cessão de uso) - piscicultura;
- Retomar o frigorífico de peixes (cooperativa);
- Liberar pesca de malha (rede) no reservatório, sobretudo às espécies exóticas;
- Liberar fluxo de água no canal da eclusa para renovação da água.

Após apresentação feita pelo professor Fernando Carvalho, o sr. Milton (Colônia de Pescadores Z-03, Três Lagoas/MS), inicia sua fala destacando que já atuou com a pesca em diferentes bacias hidrográficas e relata que cada região possui uma particularidade quanto as problemáticas que são apresentadas.

Ele fala ainda do caso de Fátima do Sul, com o qual, abaixo de Porto Primavera é uma realidade específica e de Porto Primavera até Jupia é outra. Além da problemáticas relativas as construções de barragens em série nas regiões, com alta concentração de espécies exóticas e os impeditivos na fiscalização para pesca de determinadas espécies.

O sr. Milton fala que os apetrechos de pesca que eram utilizados eram, por exemplo tarrafa e espinhel e agora utiliza-se rede de armar, porém não há condições ideais no rio para pesca próximos a Jupia, gerando dificuldades para se pescar. Ele fala que possuem o parecer técnico da SEMA bastante antiga, em que orienta sobre a fiscalização utilizada em portarias federais pelos reservatórios, tendo em vista a Instrução Normativa que está em vigência é mais restritiva ao pescador.

A sra. Juliana de Medeiros (Coordenadora do GTC Centro Sul) ao iniciar sua fala diz que se vê preocupada com a situação apresentada no ordenamento pesqueiro em Três Lagoas/MS, destacando a problemática da eutrofização dos rios, com grande quantitativo de algas, além da questão da liberação da pesca e uso de malhas.

Para além disso, ela fala que é importante ter atenção às causas da poluição nesses rios e entender se o tema está sendo discutido, para entender de onde está sendo lançado esgoto e outras fontes de poluição. Desta forma, o foco não deveria ser apenas na liberação dos métodos de pesca, mas entender a real situação nos rios em questão.

A sra. Luciana Ferraz (Cepesca/MT) iniciou sua fala indicando devido ao contexto do CPG para contextualizar sobre a necessidade de se criar um grupo de estudo ou pauta na reunião para avaliação das vazões ecológicas mínimas para as hidrelétricas, com estudos que compravam as mudanças climáticas e redução hídrica dos corpos d'água. Ela destaca em sua fala, que a necessidade desse estudo é com objetivo de viabilizar a quantidade adequada de peixes nos rios.

O sr. Sirley (Colônia Z-21 São Fidélis/RJ) em sua fala coloca que a situação no Rio de Janeiro não é diferente do que foi relatado pelo sr. Milton (Colônia de Pescadores Z-03, Três Lagoas/MS), com grande produção de algas, impossibilitando a pesca artesanal, além dos problemas com as hidrelétricas.

O sr. Roberto Gorre (Colônia de Pescadores Z-24 Presidente Epitácio/SP) inicia sua fala indicando que é necessário se estabelecer as delimitações do que se classifica como lago e rio, com o qual as áreas alagadas podem ser tanto advindas de um ou outro. Por consequência, ele fala que essa falta de demarcação se torna passível de multa ao pecador.

O sr. Cristiano Quaresma ao retomar a fala agradece a apresentação realizada e solicitou que as problemáticas indicadas pela colônia fossem formalizadas através de ofício, dado que há questões que às competências mudam de acordo com as secretarias do ministério, dado que há questões de competência da aquicultura e outras que envolvem questões de território e inclusão produtiva e indicou que a coordenação do CPG Centro Sul pode dar os devidos suporte para atendimento da demanda e encaminhamento para os órgãos competentes.

#### **3.4 OS IMPACTOS NO RECRUTAMENTO DE PEIXES EM RIOS REGULADOS COM BARRAMENTOS**

O Sr. Cristiano Quaresma de Paula deu início à próxima pauta da reunião: "Os impactos no recrutamento de peixes em rios regulados com barramentos", cuja apresentação foi conduzida pelo professor e pesquisador Mário Luís Orsi, da Universidade Estadual de Londrina.

O sr. Mário Luís inicia sua fala indicando que energia hidrelétrica não se configura como energia limpa, dados os impactos relativos a fatores com regulação do rio e modificações que ocorre em suas características ao longo do tempo e além da problemática envolvida as espécies invasoras.

Ele destaca que se trata de um tema pouco explorado e para o qual existem poucos diagnósticos no Brasil: a temática do recrutamento. Segundo ele, o recrutamento de peixes refere-se às condições que favorecem o estabelecimento dos organismos, permitindo que se reproduzam, gerem descendentes e que esses descendentes se tornem aptos ao ambiente, assegurando a manutenção das populações pesqueiras.

O Sr. Mário Luís reforça ainda que, no Brasil, existem poucos grupos dedicados à realização desses diagnósticos e que há uma necessidade significativa de ampliar tais estudos, considerando a grande extensão das áreas continentais e a importância desse conhecimento para a gestão adequada dos recursos pesqueiros.

Em seguida, o sr. Mario Luis define um rio regulado com um curso d'água no qual foi construída uma estrutura artificial (a barragem ou barramento) para controlar o fluxo de água ou criar um reservatório, visando atender a usos como geração de energia, abastecimento e irrigação. Essa intervenção altera o regime natural do rio, permitindo a acumulação e liberação controlada da água.

Ele fala que os rios regulados possuem a barragem formando um reservatório, alterando a vazão natural do rio à montante (rio acima) e a jusante (rio abaixo). A vazão de água, segundo ele, pode ser controlada por meio de comportas, permitindo liberar a água de forma mais consistente ao longo do tempo, ou de acordo com a demanda.

O sr. Mário Luís em seguida menciona sobre os impactos ambientais causados por esse rio que são regulados, com o qual os impactos são significativos, principalmente pelo aspecto de gerar uma fragmentação de habitats aquáticos, gerando perda de biodiversidade aquática, declínio de espécies de pesca, alteração da qualidade da água e alteração no fluxo e transporte de sedimentos, fator vital para a manutenção de ecossistemas à jusante do rio.

Ele destaca ainda que o recrutamento para que seja realizado de forma eficaz é necessário analisar que cada fase do ciclo de vida dos peixes recrutados precisa-se de um ambiente adequado a fase de desenvolvimento e que funciona não apenas para as espécies migradoras, mas para as espécies não migradoras.

O sr. Mário Luis fala ainda que um pulso de vazão de água suficientemente adequado, em diversas situações proporciona um ambiente propício a reprodução e fala que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) precisaria ter esse tipo de informação, a fim de se favorecer nos diagnósticos relativos ao recrutamento.

O sr. Mário Luis indica que chegou à demanda a ele acerca do diagnóstico a ser realizado no Paranapanema, em relação a situação vigente, relativa a fatores de reprodução e acerca do recrutamento. Ele fala que há diferença em conceituação de reprodução e recrutamento.

Segundo ele, muitos peixes podem entrar em processo de reprodução, mas que podem não recrutar, ou seja, ter descendentes viáveis e que possam manter a população. As medidas adotadas para o diagnóstico da demanda recepcionada, segundo o sr. Mário Luis, é inicialmente verificar o quantitativo de peixes presentes em determinado local, em seguida, concentrar os esforços sobre as possíveis áreas de reprodução e por fim verificar se os produtos reprodutivos e os esforços estão ocasionando o recrutamento e posteriormente essas espécies de peixes se tornarem populações viáveis nos habitats que estejam presentes.

Assim, esse diagnóstico realizado por esse estudo desenvolvido, o sr. Mário Luis, em sua fala coloca que as informações desenvolvidas dão subsídios para propor junto aos pescadores e aos órgãos de gestão como que pode ser feito o manejo dessas áreas.

Ele fala que as concessionárias de energia que atuam nesses rios vinham realizando há mais de 15 anos, trabalhos de peixamento nos rios e destaca a grande problemática que prática causa a esses rios, onde dos mais de 15.000.000 (quinze milhões) de indivíduos soltos nos rios por essa prática, na análise realizada em pesquisas, tomou-se por conclusão de que apenas 0,0025% se recrutou espécies de origem desse peixamento, ou seja, demonstrando que peixamento não é solução.

O sr. Mário Luís diz que o peixamento deve ser uma ferramenta em que se deve tomar bastante cautela, quanto ao seu uso, com consciência e técnica como aliados nesses casos.

A sra. Lídia Sumile (Instituto de Pesca de São Paulo) inicia sua fala questionando o sr. Mário Luís, sobre haver alguma ligação das informações dadas de pesca do rio Paranapanema em relação ao rio Iguaçu e sobre haver ou não representatividade de pesca no rio Iguaçu.

Em resposta, o sr. Mário Luís fala que não possui muita propriedade para falar sobre o rio Iguaçu, indicando inclusive que esta informação poderia ser bem repassada pela professora Carla Pavanelli (Universidade Estadual de Maringá/PA) e que no conhecimento dele, que o diagnóstico realizado no rio Iguaçu até o momento é algo bastante irrisório e há atualmente uma proposta junto ao Ministério Público, Tribunal Regional Federal e à Petrobras que foram multadas, devido aos grandes problemas com poluição e a proposta é levar os métodos de recrutamento, também ao rio Iguaçu e realizar um monitoramento que ainda não existe por lá.

A sra. Carla Pavanelli (Universidade Estadual de Maringá/PA) fala que a ictiofauna acima das cataratas se modifica bastante quando comparada ao Alto Paraná, dado que não há um volume grande de espécies migradoras para reprodução e as espécies são menores e segundo ela, não possui conhecimento se há colônias de pesca no rio Iguaçu e as que se tem, são pescas mais em caráter de subsistência.

Ela ainda menciona que em fator comercial é pequena as atividades na região do Iguaçu e difere-se bastante do Alto Paraná, inclusive em fatores geográficos, em que não há um plano de inundação e caracteriza-se por ser bem diferente.

O sr. Cristiano Quaresma ao retomar a fala indica que há demandas relativas ao Iguaçu, em que houve pautas em reuniões anteriores do CPG Centro Sul acerca do Dourado (*Salminus brasiliensis*) no rio Iguaçu, com o qual, segundo ele, a Secretaria de Estado de Santa Catarina pedia com que fosse permitido a pesca em Piracema e mesmo com a baixa atuação da pesca artesanal, ainda assim houvesse acesso a pesca do Dourado (*Salminus brasiliensis*), independente da Piracema.

### **3.4 INFORME DA REVISÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 43, DE 26 DE JULHO DE 2004**

O Sr. Cristiano Quaresma de Paula deu início à próxima pauta da reunião: “Informe da revisão da Instrução Normativa Ibama nº 43, de 26 de julho de 2004”, apresentada pela coordenação do CPG Centro-Sul.

A sra. Bianca Larissa (Coordenação CPG Centro Sul) iniciou sua fala contextualizando sobre a IN nº 43, de 26 de julho de 2004, em que segundo ela, essa IN é a base do ordenamento pesqueiro para as águas continentais, como medidas de redes por exemplo e os permissionamentos pesqueiros.

Ela fala que em 2006 a IN passou por alteração em seu artigo primeiro, com o qual a mudança indicava que a IN nº 43 seria aplicada apenas em bacias que não possuíam um regramento específico, ou seja, se não uma norma vigente na bacia, aplica-se a IN nº 43.

Em seguida, a sra. Bianca Larissa fala sobre o histórico de como a IN nº 43 chegou como demanda ao CPG Bacias do Norte, foi na 5ª Sessão Ordinária do CPG Bacias do Norte. A demanda dessa instrução

chegou pelo IBAMA, com o qual, foi trazido sobre à necessidade de se revisar a norma, dado que ela serve de base para o restante das outras normas que regem nas bacias hidrográficas.

Outra menção ao tema, segundo ela, foi na 3ª reunião ordinária do CPG Bacias do Nordeste, em que o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) apresentou a demanda sobre “Revisão do Ordenamento Pesqueira da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco”, em que foi abordado três normas na região que precisavam ser revistas e dentre elas a IN nº 43.

A sra. Bianca Larissa fala que como a discussão da IN nº 43 tornou-se pauta nos outros CPG's, entendeu-se que havia a necessidade de que essa mesma temática fosse abordada no âmbito do CPG Centro-Sul e assim após a recepção do tema por parte do IBAMA, foi-se gerado uma recomendação para dar os devidos encaminhamentos.

Assim, o objetivo em tratar deste informe é com que seja apresentada a demanda e para que os membros e convidados presentes na reunião possam dar as devidas contribuições quanto ao processo de revisão da norma e logo após, abriu espaço para fala.

O sr. Cristiano Quaresma ao retomar a fala, menciona que o objetivo de tratar a norma no CPG Bacias do Centro Sul é gerar diálogo para contribuição de informações que contribuam para com que a revisão da norma se adeque a realidade das regiões de abrangência do presente CPG.

Ele fala que é uma norma curta que vai proibir no exercício da pesca continental o uso de aparelhos e métodos de pesca, como o caso da rede de arrasto e de lance, de qualquer natureza, rede de espera com malhar inferior a 70 mm entre ângulos opostos, medidas esticadas e cujo comprimento não ultrapasse um terço da largura do ambiente aquático, colocadas a 200 m da zona de confluência de rios, lagoas e corredeiras e uma distância inferior a 100 metros uma da outra.

A sra. Paula Gênova (Instituto de Pesca de São Paulo) em sua fala questiona se de fato a dinâmica da normativa que rege a bacia é a de que se já houver uma norma vigente na bacia, a 43 não estaria vigorando, como a exemplo da bacia do Paraná com as IN nº 25 e 26.

Em resposta, o sr. Cristiano Quaresma indica que a norma se mantém para as já vigentes na bacia em específico, mas caso haja algum apetrecho por exemplo, ou método de pesca não previsto nas normas específicas da bacia, a IN 43 passa a vigorar nestes casos.

A sra. Lídia Sumile (Instituto de Pesca de São Paulo) questiona sobre a questão se a IN 43 é mais restritiva, quando comparada por exemplo, a IN 26 e se nesse caso a 43 se sobrepõe a 26.

Em resposta, sr. Cristiano Quaresma fala que não se trata da mais restritiva que a outra, mas que as normas específicas de cada bacia são as que prevalecem, assim como previsto na própria IN 43 é que não se aplica esta norma, caso as bacias hidrográficas possuam instrumentos normativos específicos para a pesca em sua área de abrangência.

O sr. Fernando Carvalho (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) em sua fala complementa sobre a possibilidade a se pensar de liberação do uso de corvo como método de pesca para a captura do camarão exótico na bacia do Paraná. O uso desse apetrecho segundo ele, é com o objetivo de ser mais eficiente para captura da espécie.

### **3.5 APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DE REVISÃO DO ORDENAMENTO DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS NA BACIA DO PARAGUAI**

O Sr. Cristiano Quaresma de Paula deu início à próxima pauta da reunião: “Apresentação do Plano de Trabalho de Revisão do Ordenamento do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros na Bacia do Paraguai”, apresentada pela sra. Barbara Heck e sra. Bianca Larissa, da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, Ministério da Pesca e aquicultura.

A sra. Bianca Larissa inicia sua fala contextualizando um breve histórico sobre os planos de trabalho que está em andamento atualmente, com o qual, ela indica que na reunião anterior apresentou-se o plano da Bacia do Paraná, em que foi aprovado ao longo da reunião do GPG e posteriormente colocado para consulta pública e não houve contribuições ao documento.

Ela fala sobre a importância do uso do Plano de Trabalho entendendo a importância da participação social e a transparência do processo de revisão das normas. O plano de trabalho tem objetivo de apresentar qual a metodologia apresentada, as etapas e prazos a serem cumpridos e atrelado a isso a gestão compartilhada junto ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima.

Assim, a sra. Bianca Larissa inicia a leitura do plano de trabalho falando do tópico de introdução com informações gerais pertinentes a bacia do rio Paraguai, destacando que ao longo das reuniões do CPG a elaboração de recomendações acerca da revisão da norma 201 da bacia do Paraguai e internalizada dentro do ministério.

Apesar da recepção da demanda, ela fala que não há muito subsídios até o momento de informações da bacia e o objetivo com o plano de trabalho e as metas a serem realizadas, que gerem subsídios para a revisão da normativa.

Em seguida, ela apresentou o objetivo do plano, que é a revisão da Instrução Normativa nº 201, de 22 de outubro de 2008, que estabelece o ordenamento pesqueiro da bacia hidrográfica do rio Paraguai, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Para além, ela destaca que o plano tem por objetivos específicos estabelecer um cronograma detalhado das etapas do processo e apresentar os mecanismos de discussão participativa, garantindo o envolvimento dos pescadores, pesquisadores, gestores e demais atores sociais.

A sra. Bianca Larissa apresenta as recomendações do CPG Centro Sul que demandaram ações relativas a revisão do ordenamento do Paraguai, com o qual, o tema surgiu na 1ª Sessão Ordinária em São Paulo, dias 24 e 25 de outubro de 2022, durante a 2ª Sessão Ordinária em Campo Grande, dia 26 de outubro de 2023 e na 4ª Sessão Ordinária em Brasília/DF, dias 25 e 26 de março de 2025.

Os principais autores envolvidos com o processo foram indicados por ela, sendo eles o MPA, MMA, representantes do setor pesqueiro e as universidades e instituições de pesquisa.

O diagnóstico da pesca na Bacia do Alto rio Paraguai, segundo sra. Bianca, no último CPG, o professor Agostinho Catella (Embrapa Pantanal), realizou uma apresentação acerca dos dados coletados em pesquisas sobre a bacia do rio Paraná, que podem estar subsidiando a discussão da

revisão. Além desses dados, ela fala sobre obter esses subsídios além dos que já existem pela Embrapa, os dados secundários em bibliografias relacionadas a pesca.

Após isso, a etapa atual do plano encontra-se, segundo ela, na presente reunião que é a apresentação do plano, para sua aprovação e consolidação no âmbito do CPG. Em seguida, a sra. Bianca Larissa fala sobre a instituição do Grupo de Trabalho para a realização das discussões acerca da revisão da normativa.

Quando instituído o Grupo de Trabalho, as discussões realizadas pelo grupo serão levadas para serem dialogadas junto com as secretarias estaduais de pesca e meio ambiente, segundo ela.

Por fim, chegou-se em uma das etapas mais importantes, relativas à discussão participativa junto aos pescadores e pescadoras da bacia do rio Paraguai, segundo a sra. Bianca Larissa, em que as etapas que envolvem a discussão participativa com os pescadores são de grande relevância, dado que são os mais interessados e os mais impactados pela norma desatualizada, sendo também a mais simbólica.

Para a execução da participação social dos pescadores, segundo ela, será realizada a partir da parceria com a universidade, que ficaria responsável por realizar as oficinas e reuniões, variando de acordo com as metodologias adotadas e realizadas oficinas ao longo da bacia a reunião junto aos pescadores.

Assim, a sra. Bianca fala sobre a complexidade da realização do trabalho, dado a extensão da bacia e dado a indisponibilidade do professor Agostinho Catella (Embrapa Pantanal) e que está em processo de articulação de outros parceiros que possam estar conduzindo esse levantamento de dados na bacia do rio Paraguai, a partir da base com os pescadores.

A expectativa é que seja firmado o TED até outubro, para que nesse período de final do segundo semestre de 2025 e início do primeiro semestre de 2026 a equipe parceira da universidade possa estar realizando essas oficinas e reuniões na bacia do rio Paraguai.

O objetivo com esses trabalhos, segundo a sra. Bianca Larissa, é a elaboração da minuta de portaria com a revisão da Instrução Normativa nº 201/2008 e que a proposta seja apresentada no próximo CPG em 2026 e em seguida a proposta da minuta de portaria apresentada ao Grupo Técnico Científico do CPG Centro-Sul e das Secretarias Estaduais de Pesca e Meio Ambiente.

Depois das devidas apreciações e aprovação, será mandado novamente para consulta pública na plataforma Participa + Brasil, a proposta de minuta, para que as devidas contribuições do documento sejam coletadas e consolidação da proposta.

O sr. Cristiano Quaresma, ao retomar sua fala da importância de se entender que o ordenamento não é feito de forma simples e direta, existem etapas e processos a serem passados para ser possível a consolidação de propostas, até para que a norma de revisão não seja derrubada.

Ele destaca ainda que o uso dos planos de trabalho como instrumento para o ordenamento pesqueiro é justamente para que seja consolidado a participação social ao longo do processo de elaboração da minuta de portaria e possibilitar a continuidade do processo.

O sr. André Ramos iniciou sua fala agradecendo apresentação realizada pela sra. Bianca Larissa e trouxe o questionamento, com o qual o TCU (Tribunal de Contas da União) vem lhes cobrando acerca das atualizações dos defesos que estão sendo respondidas em conjunto com o Ministério da Pesca e Aquicultura, com o qual foi também estabelecido um plano de trabalho pelo MMA, dado que possivelmente o mesmo questionamento poderia surgir no contexto do plano anteriormente apresentado para a bacia do rio Paraguai.

Por fim, o sr. André Ramos fala que de fato as normas do Ibama apresentadas são antigas e após a gestão passar a ser do MMA, ainda não seria possível realizar a revogação da norma por inteiro, destacando a importância do CPG como um espaço de debate em que conseguisse trabalhar esses assuntos e atualizar a realidade vivida hoje pelos pescadores.

Em resposta, o sr. Cristiano Quaresma indica em sua fala em relação aos prazos do TCU, foram intencionalmente colocados prazos anteriores aos que foram solicitados pelo TCU, contando-se que ao longo do processo poderia haver a possibilidade de haver algum atraso.

Ele aproveitou o momento para indicar que o TCU tem acompanhado uma série de normas que estão antigas e que incidem em política pública, de pagamento de benefícios, como é o caso dos defesos. E sr. Cristiano fala, que ter o TCU acompanhando os processos de revisão é bastante positivo aos pescadores, em que esses órgãos de controle pedem que se tenha grande atenção sobre as revisões.

Por fim, ele destaca que o TCU exige que dentro do prazo seja realizado a revisão dessas normas, mas que a inclusão da participação social ocorre por iniciativa da própria Secretaria Nacional de Pesca Artesanal.

### **3.6 PROJETO DE DISCUSSÃO DO ORDENAMENTO E REGULAMENTAÇÃO DA PESCA ESPORTIVA NO RIO PIRACICABA, ELABORADA PELA ENTIDADE SOS RIO PIRACICABA**

O Sr. Cristiano Quaresma de Paula deu início à próxima pauta da reunião: "Projeto de discussão do Ordenamento e Regulamentação da Pesca Esportiva no rio Piracicaba, elaborada pela entidade SOS Piracicaba", apresentada pelo Presidente Gian Carlos Rodrigues Machado, presidente da Associação dos Pescadores Esportivos SOS Rio Piracicaba.

O senhor Gian Carlos inicia sua fala falando sobre a importância do rio para a região e atravessa por dentro da cidade, sendo cartão postal para da cidade dado a sua importância cultural da pesca que atravessa várias gerações.

Ele fala que atividade de pesca, principalmente a amadora e a esportiva quase não há mais práticas, dado que a Instrução Normativa nº 26 do Ibama, fala que a pesca só pode ser praticada à 200 metros da corredeira e 500 metros de afluentes e efluentes. Estudos comprovam que o rio Piracicaba não possui cachoeiras que impeçam a subida do peixe, devido a ondulações da água devido a sua formação rochosa.

Assim, o sr. Gian Carlos fala que o objetivo é solicitar a elaboração de uma Portaria Interministerial que possa determinar uma área de pesca em perímetro urbano, dado que ao sair desses locais não há uma estrutura adequada para a prática da pesca.

Ele em sua fala apresenta as problemáticas presentes na reunião, como a grande pressão social de pescadores, guias profissionais, empresários do turismo e comunidades ribeirinhas, que dependem da atividade. Ele fala sobre a ausência de flexibilização tem sido percebida como injustiça regulatória, uma vez que a pesca extrativista não gera impacto relevante e destaca que a pesca esportiva movimenta um setor de expressiva importância econômica e cultural de Piracicaba.

O sr. Gian Carlos fala que a luta principal é a regulamentação da pesca esportiva e da pesca amadora e fala da relevância econômica para a comunidade e cita exemplos da pesca esportiva em Mato Grosso do Sul e Goiás.

Em seguida, o sr. Gian Carlos menciona sobre as espécies valorizadas no âmbito da pesca esportiva como é o caso do Dourado e da Piracanjuba com alto valor de mercado e colocando o Brasil em posição privilegiada para atrair turistas de pesca em todo o mundo.

Ele cita que a proposta de Portaria Interministerial busca corrigir esse cenário, liberando a pesca esportiva sem comprometer a conservação ambiental, uma vez que permanecerá proibido o transporte, consumo e comercialização dos exemplares.

O sr. Gian Carlos fala sobre a SOSO Rio Piracicaba que atua na preservação e recuperação do rio Piracicaba, cuja missão é proteger a biodiversidade, denunciar crimes ambientais e conscientizar a população, além de se realizar missões educativas com atividades em escolas e comunidades, com palestras oficinas e distribuição de materiais informativos.

Ele fala que há atuação da SOS Rio Piracicaba com os pescadores artesanais, com o qual, houve apoio da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento e Proteção à pesca artesanal e à aquicultura coordenada pelo deputado Luiz Cláudio Marcolino.

Ao final, a sra. Bianca Larissa abriu espaço para as contribuições à apresentação. O sr. Pedro Mendes (Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul) fala que a questão das corredeiras é um quesito da norma que já perdura há alguns anos e com o desenvolvimento da pesca esportiva e a busca em especial ao Dourado (*Salminus brasiliensis*), geram distorções quanto a aplicação da norma.

Segundo ele, os locais onde mais se pesca o Dourado (*Salminus brasiliensis*) são em corredeiras, em que devido à alta concentração da pesca a fiscalização deixa de atuar, entende-se que o local apresentasse dentro de um aspecto de normalidade.

Outro ponto destacado pelo sr. Pedro Mendes, é acerca da permissão de uso de determinados apetrechos na pesca esportiva, como por exemplo, a proibição do uso de isca de fundo, gerando impacto ambiental significativo ao meio aquático onde está sendo utilizado, dentre outras iscas artificiais.

O sr. Marcos Vinícius (Secretaria Nacional de Pesca Industrial) em sua fala cita que sobre os acessórios permitidos por lei, documento elaborado na última gestão, em trás o que é ou não permitido

no uso de apetrechos pela pesca esportiva, além de tratar sobre o permissionamento de cotas de transporte.

Ele fala no que se diz respeito aos equipamentos legais da pesca esportiva já existem e estão previstos na portaria e o que estiver em desacordo com o que já está previsto, saem da legalidade. Sr. Marcos Vinícios fala que não existe essa proibição específica e a proibição dos campeonatos ocorre em períodos de defeso ou em zonas específicas.

O sr. Jocemar (Instituto de Pesca de São Paulo) inicia sua fala indicando que é necessário entender o que proíbe a pesca frente a área urbana, se é uma norma federal, uma norma estadual ou uma norma municipal.

Segundo ele, caso seja sua norma municipal, não adianta haver a criação de uma norma federal, sendo que há uma outra norma mais restritiva. Assim, é necessário verificar o que de fato são essas proibições.

Sobre a proibição da pesca em corredeiras, sr. Jocemar fala que a IN 26 proíbe pesca à 200 metros da jusante e a montante de corredeira, norma federal do Ibama de 2009. Desta forma, ela diz que a criação de uma norma federal não seria o mais viável, mas sim realizar uma revisão da própria norma IN 26 e não a criação de uma nova norma. Por fim, ele fala que não entendeu ao certo onde são os pontos de proibição citados pelo sr. Gian Carlos e o tipo de norma que gera essa proibição, dado que a fiscalização geralmente segue a mais restritiva.

O sr. Gian Carlos em resposta indica que o rio Piracicaba compõe a bacia do rio Paraná, regida pela IN 26 do Ibama que dita à 200 metros de corredeira à montante e à jusante e ele reafirma que o rio Piracicaba não possui corredeiras, tendo-se no lugar possui ondulações formadas na água devido sua formação rochosa, sem impeditivos para a subida do peixe.

Em complementação, a sr. Paula Gênova (Instituto de Pesca em São Paulo) fala que a montante do rio Piracicaba da barragem de Barra Bonita, há diversas concentrações de pescadores artesanais, inclusive a APA Taquan, em que se concentra mais de 20 famílias que vivem da pesca e do turismo.

Ela fala do cuidado necessário que se deve ter ao citar apenas uma modalidade de pesca, pois a região é rica e tem uma comunidade de pesca que atua há longa data. Destaca que é importante diferenciar o que é a pesca amadora da esportiva, quanto ao aspecto de ser comercial ou não comercial.

Dado as considerações feitas após a apresentação, o sr. Cristiano Quaresma em sua fala propõe que seja elaborado recomendações acerca do tema e essa proposta seja avaliada pelos membros do CPG, que pode ser ajustada pós avaliação e o mais importante promover a discussão, dado que é a primeira vez um tema relacionado ao rio Piracicaba está sendo tratado no âmbito do CPG.

E por consideração final, o sr. Gian Carlos reforça que o trabalho feito pela SOS Rio Piracicaba não realizam nenhuma atividade que seja relativa ao repovoamento de espécies nos rios.

### **3.7 PROTOCOLO DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO ÀS ÁGUAS CONTINENTAIS**

O Sr. Cristiano Quaresma de Paula deu início à próxima pauta da reunião: "Protocolo de Prevenção e Proteção às águas continentais", apresentada pela Sra. Diva Helena Nogueira Miyazaki, presidenta da Colônia de Pescadores Profissionais.

A sra. Diva Helena inicia sua fala destacando que é indicada pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA) e destacou que sua apresentação tinha por objetivo tratar sobre o crime ambiental ocorrido no rio Piracicaba, no ano de 2024, com o qual, atingiu os pescadores profissionais do rio Tietê, no baixo Tietê, em especial ao rio Tietê mais ao interior de São Paulo e fala sobre rio Grande.

Ela relata que o crime ambiental ocorreu devido a contaminação ao longo do rio Piracicaba, com ênfase na lagoa do Tanquã, com descarte irregular de poluentes industriais e mais de 10 mil quilos de peixes mortos retirado da lagoa. Segundo ela, o impacto atingiu mais de 200 pescadores.

No baixo rio Tietê, a sra. Diva Helena fala sobre a contaminação do rio por esgoto e poluentes na calha do rio, proliferação excessiva de algas e mortandade e contaminação do pescado e problemas na navegação, impactando aproximadamente 1.500 pescadores.

Sobre o rio Grande, segundo ela, mais recente ocorrência por contaminação por poluentes, com lançamento irregular de esgoto, gerando um impacto de aproximadamente 1.300 pescadores.

Após apresentar os dados, a sra. Diva Helena relata que as emergências ambientais afetam diretamente os pescadores e pescadoras artesanais que atuam e ocupam seus territórios na bacia de alto rio paraná e tem muitas vezes seus modos de vida tradicional afetados.

Deste modo, afim de se encaminhar a demanda apresentada, ela fala que  necessário avançar na construção de uma estrategia sólida de apoio aos pescadores e pescadoras artesanais impactados por desastres e crimes ambientais.

Questiona sobre quais políticas vem sendo desenvolvidas pelo governo federal, em presencial ao MPA e pelo MMA, para enfrentar essa realidade e garantir proteção efetiva aos pescadores e pescadoras artesanais. Além disso, a sra. Diva Helena fala que a distribução de cestas básicas e acesso ao crédito para comprar de equipamentos, quase não chegam aos pescadores e pescadoras, não sendo medias suficientes para mitigação do impacto, sendo necessário apoio direto do Estado em aprimoramento de condutas institucionais, apoio financeiro e apoio previsto na legislação.

Ela fala ainda que o defeso da espécie se define em preservar a espécie, porém a interrupção pesca pode ocorrer fora desse período, desencadeada por fenmenos naturais ou eventos acidentais. Por fim, a sra. Diva Helena apresenta um modelo de protocolo, afim de provocar o Estado a recepcionar as demandas, com um direcionamento e posicionamento que tenham ações efetivas para auxiliar os pescadores.

O sr. Cristiano Quaresma ao retomar a fala reforça a importância da discussão trazida pela sra. Diva Helena, dado que se tem verificado com recorrência esses tipos de crime em todo o Brasil e concorda em dizer que o Estado possui uma grande dificuldade de responder em tempo ao que a

sociedade precisa, dado que o Ministério da Pesca e Aquicultura e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima, não possui tudo ao alcance para conseguir responder de imediato.

Ele exemplifica que sobre o que foi relatado em apresentação dos crimes ambientais, a garantia das condições ambientais não está ao alcance do Ministério da Pesca para dar um retorno, desta forma, é feita uma articulação em que se notifica o Ministério do Meio Ambiente e por ofício o Ministério da Pesca realiza o envio da resposta à sra. Diva Helena indicando que a demanda foi encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente, reforçando na nota técnica encaminhada que foi reforçado a importância da pauta e fica-se no aguardo de uma resposta do Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima.

Sobre as cestas básicas, segundo o sr. Cristiano Quaresma, o Ministério também não tem o oferecimento direto desse recurso, desta forma, elabora-se uma nota técnica que identifica os pescadores, as entidades e envia para a Conab, que é o órgão que oferece cestas básicas para todos os ministérios do governo federal.

O sr. Cristiano Quaresma concorda com a sra. Diva Helena que de fato a estrutura atual geram limites de atuação, então vale se repensar em como adequar essa estrutura para essa resposta seja direta. Ele destaca ainda que é muito rica a ideia de se pensar em um protocolo específico para haver uma resposta imediata.

Assim, o sr. Cristiano Quaresma fala sobre convocar a DLic do Ibama, que é o departamento que licencia e acompanha os licenciamentos para realizar uma construção conjunta desse protocolo em apoio com o Ministério do Meio Ambiente, para garantir que esse protocolo seja seguido e como uma condicionante e pensar como uma recomendação a ser elaborada no âmbito do CPG.

O sr. Rothier Flores (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) fala que considerando ao que foi apresentado pela sra. Diva Helena e as dificuldades enfrentadas pelos pescadores, principalmente no aspecto de comercialização do peixe, ele questiona sobre qual a qualidade do peixe, se estaria próprio para consumo humano. Assim ele pergunta se não haveria a necessidade da criação de uma norma ou lei que garantisse a segurança alimentar.

A sra. Juliana de Medeiros (Coordenadora GTC Centro Sul) inicia sua fala enfatizando que todo pescado antes de chegar ao consumidor final, ele passa obrigatoriamente pela indústria pesqueira. A indústria, segundo ela, realiza todas as análises necessárias para verificação da qualidade para o consumidor.

Ela fala que uma dessas análises é o indicador de frescor com análise de cocção, desta forma, se houver alguma questão de mau odor, algo relativo a qualidade, já serão observados na entrada à indústrias, justamente para sanar a questão da qualidade do pescado.

O sr. Yoshiaki (Secretaria Municipal de Icém/SP) fala que o Ministério não deve se ocupar em focar apenas em licenciamentos ambientais e opine sobre questões envoltas ao licenciamento ou conduta desses órgãos, mas que haja ações para as comunidades tradicionais pesqueiras, tendo em vista a salvaguarda ambiental e medidas de mitigação e de compensação após esses desastres.

O sr. Jocemar (Instituto de Pesca de São Paulo) fala que concorda com a sra. Diva que seja elaborado um protocolo, similar ao que está sendo feito na região norte com enchentes e secas prolongadas, assim como ocorreu na região de Rio Grande do Sul.

Ele reforça que deve haver cuidado quanto aos protocolos, existem às competências legais, como foi o caso da Piracicaba, onde a sra. Marina Silva (Ministra do Meio Ambiente) que a Piracicaba tem maior dificuldade do governo federal intervir, dado que o rio já possui competências estaduais e no máximo o que o governo pode fazer foi oferecer um financiamento através do Feap.

Assim, o sr. Jocemar sugere que seja feito um grupo que possa iniciar esse protocolo e em colaboração com os Ministérios, mas tendo cautela sobre as competências jurídicas e a questão de competências de casa área envolvida no processo.

Por fim, o sr. Cristiano Quaresma reforça em sua fala sobre a necessidade de se atentar às competências dos órgãos, presentes na lei 14.600, que fala sobre as estruturas dos ministérios e como se organizam para responder as questões da sociedade brasileira.

### **3.8 DEVOLUTIVAS DO GRUPO TÉCNIC-CIENTÍFICO DO CPG BACIAS DO CENTRO-SUL**

O Sr. Cristiano Quaresma de Paula iniciou sua fala indicando a próxima pauta sobre as “Devolutivas do Grupo Técnico-Científico do CPG Bacias do Centro-Sul”, apresentada pela Juliana de Medeiros, coordenadora do CPG Centro-Sul.

A sra. Juliana inicia sua fala indicando a recomendação 06/2025, que trata sobre o Dourado (*Salminus brasiliensis*), que versa sobre discutir com o Estado de Santa Catarina a proposta de permissão de captura do dourado (*Salminus brasiliensis*) na bacia do rio Iguaçu, pela pesca artesanal e esportiva, visando o controle da espécie.

A análise técnica realizada, segundo ela, foi entender que o dourado foi introduzido no rio Iguaçu de forma não planejada, há conflito entre normas estaduais e federais, o uso de iscas artificiais é proposto como alternativa para controle seletivo e a IGFA (International Game Fish Association), referência mundial em pesca esportiva, reconhece o dourado como espécie válida para registros de captura.

Ela fala que a captura do Dourado no rio Iguaçu pode ser feita com iscas artificiais, limitando o uso de anzóis (máx. 2 anzóis simples por isca), definir cotas específicas para dourado na Bacia do Iguaçu, associação à programas de monitoramento e incentivo à pesca esportiva como alternativa de renda sustentável.

A sra. Juliana fala que o GTC está em senso comum sobre e recomendação seja feita por iscas artificiais e ter-se a preocupação sobre a elaboração de cotas específicas para a bacia do rio Iguaçu, pensando-se em não se sobrepor a outras legislações e sempre buscar monitorar e acompanhar todo o processo.

Logo após, a sra. Juliana fala sobre a recomendação 07/2025, sobre a revisão da IN nº 195/2008, que fala sobre retomar o processo de revisão da IN nº 195/2008, que trata do ordenamento da pesca na bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste.

Como encaminhamento, segundo ela, a revisão participativa com a retomada da revisão da IN 195/2008 com ampla participação das comunidades pesqueiras, colônias e associações, garantindo legitimidade ao processo, ter uma base científica atualizada, com a inclusão de estudos recentes de monitoramento populacional das espécies-alvo e análise de impactos ambientais na bacia do Atlântico Sudeste.

Ainda como encaminhamento, a sra. Juliana de Medeiros, fala da necessidade das regras diferenciadas por modalidade de pesca e adequar normas específicas para pesca artesanal e industrial, evitando generalizações que prejudiquem a subsistência das comunidades tradicionais. Por fim, a integração normativa, para harmonizar a IN nº 195/2008 revisada com normas estaduais, federais e acordos internacionais, reduzindo conflitos legais.

Sobre a recomendação 08/2025, apresentados pela sra. Juliana, que versa sobre o peixe-rei e violinha, trata sobre o encaminhamento da proposta de regulamentação de pescaria de novas espécies (peixe-rei e violinha) nas Lagoas Mirim e Mangueira para o Grupo Técnico Científico (GTC e MMA, solicitando indicação de monitoramento.

Como encaminhamento, segundo ela, é aprovar a revisão da IN nº 2/2004, incorporando a regulamentação específica para peixe-rei e violinha, devendo ser revisado o tamanho de malha para 35 mm (nós opostos) na captura dessas duas espécies.

Ela ainda coloca que deve-se encaminhar ao GTC e ao MMA para análise científica complementar, solicitando monitoramento contínuo da abundância e estrutura populacional das espécies incluídas, avaliação da seletividade de artes de pesca proposta, ressaltar as especificações de malhas a serem permitidas e reforçar a necessidade de monitoramento específico das capturas de violinha.

Em seguida, a sra. Juliana de Medeiros, fala sobre a proposta de permissionamento de embarcações a recomendação do grupo seria a integração normativa, harmonizando os conceitos entre a IN nº 10/2011 e a Portaria SAP/MAPA nº 1.448/2022, considerar a diversidade regional, complexidade e custos sociais e ainda ela destaca, que o permissionamento, se mal estruturado, pode gerar custos e burocracia adicionais a pescadores artesanais, grupo já vulnerável.

A sra. Juliana fala que as pequenas embarcações, como caícos a remo, canoas, barcos de 5-7 metros com motores de até 25 HP, poderiam se isentas de permissionamento, participação social e científica, incluindo essencialmente colônias, associações e fóruns de pesca no debate, garantindo a legitimidade social e por fim, o consenso sobre a necessidade de mais tempo para discussão, com a inclusão de pesquisadores de referência.

O sr. Cristiano Quaresma ao retomar a fala reforça que agora está em processo de andamento com a atualização dos nomes e com validade de até um ano e ainda permanece a Juliana de Medeiros como coordenadora.

Ele destaca que várias das questões que precisavam de análise do GTC, irá possibilitar o andamento das demandas, como é o caso da norma da Lagoa Mirim que já está atualmente na fase de minuta e com as manifestações do GTC para fazer os ajustes em relação à emalhe.

Em relação a pesca esportiva no rio Iguaçu, o sr. Cristiano Quaresma fala que será informado a secretaria estadual que demandou para verificar os próximos passos e recepcionar um parecer do GTC, para que posteriormente possa ser encaminhada estas recomendações.

Por fim, o sr. Cristiano destaca que foi enviado apenas uma proposta inicial sobre o permissionamento das embarcações, mas que em breve será enviado para análise e discussão do GTC a nota técnica e a minuta.

### **3.9 INFORMES DA SECRETARIA NACIONAL DE REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA DA PESCA E AQUICULTURA**

O Sr. Cristiano Quaresma de Paula deu início à pauta intitulada “Informes da Secretaria Nacional de registro, monitoramento e pesquisa da pesca e aquicultura”, apresentada pela sra. Elielma Ribeiro Borcem, da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura (Sermop).

A sra. Elielma Ribeiro inicia sua fala indicando que os informes em relação a três temas relacionados ao RGP do pescador profissional, informa sobre o RGP do aquicultor e o informes sobre a pesquisa e estatística.

Ela começa apresentando os informes do RGP do pescador, apresentando algumas portarias sobre os procedimentos de cadastros, os prazos estabelecidos para se realizar o recadastramento, prorrogação de prazos e portaria acerca do estabelecimento de procedimentos para a regularização de licenças suspensas.

Em seguida, a sra. Elielma Ribeiro trouxe os informes do RGP Aquicultor com a Portaria MPA nº 174, de dezembro de 2023, com o qual, estabelece as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para inscrição de pessoa física ou jurídica no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria Aquicultor. Segundo ela, a principal inovação desta norma, foi tornar o processo de licenciamento em uma única etapa.

Além desta portaria, a sra Elielma Ribeiro menciona portarias que estabelece procedimentos de atualização cadastral e que prorroga o prazo de atualização cadastral, até 30 de julho de 2026.

Sobre o tópico de pesquisa e estatística, ela fala de algumas ações que estão ocorrendo atualmente, dado que houve um grande avanço quanto a criação de uma área específica, sendo o departamento de pesquisa e estatística específico na Secretaria de Registro e Monitoramento (Sermop), cujo a estratégia foi o trabalho de retomada da estatística pesqueira nacional, observando um avanço expressivo principalmente na área marinha, dado a grande quantidade de informações existentes e objetivo agora é ter o mesmo avanço para a área continental.

Assim, a sra. Elielma fala das ações continentais com o Workshop realizado pela secretaria nos dias 09 a 11 de julho de 2025, cujo objetivo geral de identificar iniciativas e necessidades de pesquisa e monitoramento dos principais recursos pesqueiros continentais como subsídio para Gestão da Pesca Continental.

Ela fala que o evento contou com participação de 43 pesquisadores, 08 bacias hidrográfica, apresentando um elevado percentual de iniciativas com dados. Como resultados feitos por análise preliminar revelou que, embora existam bases de dados relevantes nas bacias hidrográficas, há lacunas temporais e espaciais críticas que comprometem a gestão sustentável dos recursos pesqueiros.

A sra. Diva Helena (Colônia de Pescadores Artisanais de Icém/SP) iniciou sua fala sobre as novas regras do seguro defeso com o qual ela questiona sobre a necessidade de comprovação de residência dos pescadores nos municípios que são abrangidos pelo defeso, dado o cruzamento da lista de municípios abrangidos pelas bacias, em conformidade com o comprovante de residência. Ela faz um segundo questionamento sobre o acompanhamento do local de atividade de pesca, por meio da coleta de dados geolocalizados dos pescadores e por fim sobre os relatórios mensais que comprovam a atividade como pescador artesanal, dado que não é comum em muitas de suas atividades não ocorrer a emissão de nota fiscal de toda a atividade.

A sra. Elielma Ribeiro em resposta fala que em relação aos municípios, quando o pescador for solicitar o seguro ele deve levar o comprovante de residência para ser possível a solicitação.

Em relação ao REAP, segundo ela, o pescador inicialmente deveria estar levando esse relatório também quando for solicitar o segura, porém está havendo articulações com INSS para a possibilidade do pescador não precisar necessariamente do REAP nesse processo, utilizando de utilizar dos dados já registrados no sistema da Sermop. E a sra. Elielma ainda destaca que sobre a divulgação apresentada pelos ministros sobre as novas regras do defeso, ainda não está regulamentado, dado que é necessário ocorrer o ajuste da medida provisória ou ajustar o decreto ainda vigente.

Ela fala que está em diálogo sobre o Ministério do Trabalho que seria o órgão responsável por gerenciar o seguro e não mais o INSS, com o qual o ministério também pediria o relatório para o pescador.

A sra. Elielma fala sobre a questão da geolocalização, proposta trazida pelo ministério do trabalho seria justamente para que fosse possível verificar a área de pesca, em que o diálogo ainda estar por definir se seria o município a ser considerado ou de fato a área de pesca onde ocorre atividade, ainda necessitando que haja uma regulamentação para esta questão.

Por fim, sobre as notas fiscais, não há uma regra específica, mas o instituto é que o pescador tenha as notas fiscais em mãos, mas atualmente é regrado, apenas a necessidade da guia previdenciária.

O sr. Sirley Ornelas (FEPERJ) fala sobre a dificuldade de conseguir inserir os dados novos dados para atualização da identificação no sistema, mas infelizmente não está sendo possível, o que gera preocupação quanto aos prazos e sem conseguir acessar essa nova identidade.

O sra. Yoshiaki (Secretaria Municipal de Icém/SP) em sua fala destaca sobre os municípios e as mudanças da grui única, onde antigamente variava de acordo com o território, onde existia uma guia única para o ano todo para alguns locais e outros que a guia deveria ser emitida mensalmente.

Segundo ele, é interessante a guia mensal, pois reforça e fortalece a comprovação de pescador e destaca que a localização dos municípios, ele diz que o INSS comentava que era uma medida pouco eficiente, dado que não fazia muita diferença colocar os municípios que fazem parte da portaria que define o defeso.

### **3.9 DEMANDAS RECEPCIONADAS PELA SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL – SNPA/MPA**

O Sr. Cristiano Quaresma de Paula deu início à próxima pauta da reunião: “Demandas recepcionadas pela Secretaria Nacional de Pesca Artesanal”, conduzida pela coordenadora Bianca Larissa de Mesquita, do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

A Sra. Bianca Larissa iniciou sua fala destacando o objetivo de se realizar um resumo das demandas recebidas pelo MPA na Coordenação Geral de Gestão Participativa Continental, em que se indicam alguns temas que justificam a agenda apresentada na presente reunião.

Ela inicia apresentando as demandas relativa ao projeto de discussão da pesca esportiva no rio Piracicaba/SP, apresentado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), cujo o tema foi apresentado no CPG no dia 10 de setembro pela entidade da SOS Rio Piracicaba, pelo sr. Gian Carlos.

Outra demanda apresentada pela sra. Bianca é sobre as denúncias de contaminação do rio Tietê, apresentado pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores – CNPA. E outro tema também sobre o Tietê, segundo ela, foi a solicitação de providências urgentes com relação a situação do rio Tietê, pela Câmara Municipal de Novo Horizonte/SP.

A sra. Bianca apresenta outras demandas em sua fala, sendo elas as dos pescadores artesanais de Mato Grosso do Sul/MS, com pedido de intervenção urgente contra projetos de leis que prejudicam o modo de vida dos pescadores. E sobre a solicitação de apoio por parte do Ministério da Pesca e Aquicultura para alteração do período defeso nos rios de domínio do Estado do Paraná, de modo que passe a vigorar de 1º de outubro a 31 de janeiro de cada ano, advindo da Câmara dos Deputados/PR.

Outra demanda semelhante a última apresentada, pedindo alteração do período de defeso, segundo ela, foi a enviada pela GAEMA/Ministério Público Federal no Estado do Paraná/PR, em que solicita informações sobre a evolução do tema “proposta de alteração do período defeso da bacia hidrográfica do rio Paraná.

### **4. ENCAMINHAMENTOS DO WORKSHOP SOBRE REPOVOAMENTO DE ICTIOFAUNA NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS**

Sr. Cristiano Quaresma de Paula deu início à próxima pauta da reunião: “Encaminhamentos do Workshop sobre repovoamento de ictiofauna nas bacias hidrográficas”, apresentada pela coordenadora, sra. Bianca Larissa.

O sr. Cristiano Quarema em sua fala que serão apresentadas as propostas que vieram advindas do workshop e que posteriormente serão encaminhadas aos Ministério do Meio Ambiente e ao Ibama em especial, que é o responsável pelo processo de licenciamento.

A partir disso, o sr. Cristiano menciona que o objetivo é que seja possível, juntamente ao Ibama a construção de um protocolo, norma ou portaria que regulamenta e define as diretrizes da prática de repovoamento, para avaliar o que seria possível de ser feito.

A sra. Bianca Larissa inicia sua fala trazendo um resgate do histórico de como surgiu a demanda de se realizar a criação de um workshop sobre o tema de repovoamento, tendo esta demanda advinda inicialmente pelo CPG Centro Sul e posteriormente se tornou uma discussão presente nos demais CPG's. Assim, segundo ela, foi necessário foi necessário amadurecer o tema nos outros CPG's através das recomendações construídas ao longo da reunião, para que fosse realizado o planejamento do workshop.

Em seguida, a sra. Bianca apresentou quais foram os autores envolvidos no evento, dentre eles membros do CPG's, pescadores e pescadoras artesanais, Ibama (Diretrizes e normativas de repovoamento), CODEVASF (Experiência no Repovoamento de Ictiofauna na bacia do rio São Francisco), MMA, Itaipu (Experiência de Monitoramento), pesquisadores, Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e ICMBio: Contribuições do Plano de Ação Nacional para a Conservação de Espécies de Peixes Ameaçadas de Extinção da Bacia do Alto Rio Paraná / Bacia do rio São Francisco.

Ela fala que o planejamento inicial era para o evento ocorrer no primeiro semestre de 2025, porém devido a necessidade de convidar ao máximo pessoas que possuem relevância para os diálogos acerca do tema, o evento acabou sendo adiado para o segundo semestre de 2025, com o evento ocorrendo em 3 dias.

Assim os encaminhamentos desenvolvidos, foi segundo sra. Bianca, a construção de um documento final com as propostas e diretrizes, dando destaque ao Ibama que realizou a abertura do diálogo trazendo informações sobre o que há de diretrizes ainda vigentes.

No terceiro dia foi só de construção do documento final em que foi colocado todas as sugestões e gerou-se mais de 40 recomendações, segundo ela e ainda destaca que o objetivo é trazer as devolutivas do workshop, assim como também aos outros CPG's.

A sra Tatiane Lemos (Coordenação CPG Centro Sul) inicia sua fala tratando das recomendações do workshop, destacando haver mais de 40 recomendações elaboradas, com os quais, foram separadas em grupos de acordo com a similaridade de cada uma, tendo-se realizado 8 agrupamentos por eixos temáticos

Ela inicia falando do agrupamento 1 com a temática antes do repovoamento, agrupamento 2 sobre o durante e pós-repovoamento, agrupamento 3 que trata sobre a recuperação ambiental e conservação, agrupamento 4 sobre o monitoramento, agrupamento 5 acerca da legislação e normativas, agrupamento 6 sobre os protocolos, procedimentos e responsabilidade técnicas, agrupamento 7 acerca da educação ambiental e participação social e o agrupamento 8 sobre pesquisa e desenvolvimento técnico-científico.

A sra. Bianca Larissa retoma sua fala que as recomendações geradas são por objetivo que justifique o motivo de se realizar o workshop e abre para discussão para as devidas contribuições ao documento pelos membros e convidados presentes na reunião, dado que o documento será encaminhado ao Ibama, por ser o órgão competente para estabelecer as diretrizes de repovoamento.

A sra. Maria José (Universidade Federal do Matro Grosso do Sul) inicia sua fala diz que seria importante a disponibilização do documento, para uma análise mais assertiva, dado que sã muitas recomendações a serem tratadas.

Ela ainda fala sobre a questão de uma das recomendações que falam sobre o estabelecimento dos tamanhos máximos e mínimos de captura, dado que segundo ela, não entendeu qual a relação com o repovoamento.

Outro questionamento da sra. Maria em sua fala é acerca da necessidade de que ações efetivas à nível federal ou estadual, que precisariam passar a obedecer à uma série de protocolos, ela fala que seria de grande relevância que fosse considerado a questão municipal, dado que há diversos empreendimentos que muitas vezes realizam iniciativas nesse sentido que não são nem ao menos comunicadas. E por fim, ela fala sobre que dentre as recomendações há afirmação de que as medidas a serem adotadas, deve ser de conhecimento de todos e surgiu a dúvida sobre a quem se refere.

O sr. Yoshiaki (Secretaria Municipal de Icém/SP) traz o questionamento se com a alteração da IN 26 sobre o pesque e leve, dado que segundo ele, apoia a prática de retirada de peixes não nativos, mas surgiu a dúvida de como seria operacionalizado essa ação.

O sr. Roberto Coelho (Instituto Federal de Florestas de Minas Gerais) iniciou sua fala iniciando que participou do evento e do processo de construção das recomendações e diz que muitas delas foram conflitantes, não diretamente, mas há sobreposição em partes que conflitam uma com a outra, dado os diferentes autores e diferentes soluções apresentadas. Ele destaca que esse contexto de tamanho máximo para espécies exóticas não se aplicaria pensando-se no contexto que está sendo dialogado.

O sr. Cristiano Quaresma ao retomar a fala destaca novamente o histórico dos motivos de se realizar o workshop, com o qual, a metodologia da proposta foi discutida no âmbito do CPG, e nenhuma decisão tomada pela gestão, mas de forma participativa no próprio CPG.

Ele fala que quando se discutia sobre a metodologia, a ideia é que fosse trazidos diversos autores, que poderiam convergir ou divergir sobre o tema e que poucas vezes estiveram falando sobre o tema em um mesmo momento. Ao londo do evento, segundo ele, houve diversos momentos de discordâncias e que os debates geraram um conjunto de orientações, que seriam validados em CPG e que esse documento apresentado não é o final e que será enviado ao Ibama e posteriormente criar u grupo de trabalho junto ao Ibama que tenha essa responsabilidade sobre o repovoamento.

Por fim, o sr. Cristiano Quaremsa menciona que será elaborado como recomendação nos CPG's que seja enviado aos membros do CPG e ao GTC no prazo de alguns dias o documento acerca do repovoamento para as devidas análises e providências ao documento.

#### 4.1 DEVOLUTIVAS DAS RECOMENDAÇÕES DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPG CENTRO-SUL

O Sr. Cristiano Quaresma deu início à próxima pauta da reunião: “Devolutivas das recomendações da 4ª Reunião Ordinária do CPG Centro-Sul”, apresentada pela Sra. Bianca Larissa de Mesquita, do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

A sra. Bianca Larissa inicia sua fala apresentando as recomendações e se foram atendidas, em andamento ou não iniciadas. Sobre **recomendação 01/2025** que trata sobre discutir com os Governos do DF a revisão da Lei 7.399/2024, garantindo a participação dos pescadores e das pescadoras artesanais, que se encontra atualmente em andamento.

A pauta de revisão da lei já foi apresentada anteriormente no último CPG Centro Sul pelo pescador do lago Paranoá Geraldo Ângelo, entendendo-se que o ordenamento do lago não é feito pelo Ministério da Pesca, mas pelo Distrito Federal e desde 2024, o ministério tem acompanhado essa demanda.

Esta demanda foi encaminhada ao deputado responsável pela elaboração dessa lei e como resultado foi-se criado um grupo de trabalho pelo Distrito Federal para realizar a revisão da norma e alguns representantes do ministério que levaram ao grupo sobre a falta de participação dos pescadores no processo de revisão da normativa e outros encaminhamentos que não surtiram muito avanço, mas em contato constante com os pescadores.

Sobre a **recomendação 02/2025** que trata da revisão da IN 26/2009, para considerar a pesca no Lago Paranoá/DF, em que segundo a sra. Bianca Larissa, a recomendação surgiu pela dificuldade dos pescadores do Paranoá possuem com a lei que restringe as áreas de pesca, uma vez que a lei atual não contempla o lago. Ela destaca que já está em processo de publicação do grupo de trabalho que irá revisar a IN 25 e 26 e que será levada essa pauta ao grupo de trabalho e para a Secretaria Estadual do Distrito Federal, uma vez que eles possuem competência em relação ao lago Paranoá.

A **recomendação 03/2025** que trata sobre discutir com o Estado de Goiás a revisão (IN 02/2020), integrando gestores, órgãos fiscalizadores, pesquisadores, pescadores e pescadoras artesanais, a sra. Bianca afirma que está atrelada as recomendações 1 e 2, que trata dos mesmos autores e mesmo pescadores.

Ela fala que foi apresentada também esta pauta na reunião anterior do CPG Centro Sul, em que os pescadores demandavam a revisão desta IN sobre a cota zero no Estado de Goiás. Foi realizada reunião com a secretaria estadual de Goiás e eles informaram que já estão nesse processo de revisão deste IN e o Ministério colocou-se à disposição para apresentar também os pontos apresentados pelos pescadores ao que está sendo demandado e ainda a recomendação está em andamento.

A **recomendação 04/2025** que versa sobre formar um grupo de trabalho para o Plano de revisão/proposição de ordenamento pesqueiro na bacia do rio Paraguai. A sra. Bianca Larissa fala que o plano de trabalho foi apresentado na presente reunião do CPG e após o CPG o plano será submetido a consulta pública na plataforma Participe + Brasil e está em andamento.

A **recomendação 05/2025** que versa sobre solicitar ao Comitê Nacional de Fronteiras (CNFron) intermediação com países que possuem bacias transfronteiriças com o Brasil para alinhamento de propostas de ordenamento pesqueiro.

O sr. Cristiano Quaresma fala que as normas presentes nas bacias como o caso da Lagoa Mirim e na bacia do Paraguai não são compatíveis dos dois lados da fronteira, gerando conflitos. Ele fala que é um dos membros que participam do comitê como representante do ministério da pesca, a equipe da Coordenação Geral de Gestão Participativa Continental realizou uma reunião com a secretaria-executiva do comitê, explicando a importância da demanda, com o qual eles já possuem uma política nacional de fronteiras e no momento sendo construído uma estratégia e construindo as estruturas de ações.

Assim o sr. Cristiano Quaresma fala que na última reunião ocorrida ele apresentou a demanda e ficou decidido que na estratégia nacional de fronteiras vai ser previsto a construção de planos para a gestão da pesca transfronteiriça, gerando mais um instrumento de gestão para as bacias e assim a demanda foi atendida.

Sobre a **recomendação 06/2025** que trata sobre discutir com o Estado de Santa Catarina a proposta de permissão de captura do Dourado (*Salminus brasiliensis*) na bacia do rio Iguaçu, pela pesca artesanal e esportiva, visando o controle da espécie.

A sra. Tatiane (Coordenação CPG Centro Sul) fala que forma feitas duas reuniões, uma realidade com o Estado de Santa Catarina e outra com o Grupo Técnico-Científico em que explicou o uso das iscas artificiais para a captura do dourado e o uso de espécies nativas para a captura dele. Assim, ela fala que estamos aguardando os encaminhamentos das informações levantadas pelo GTC e o banco de dados do professor Roald Andretta sobre a proposta da utilização das iscas artificiais e considerada como atendida.

A **recomendação 07/2025** que trata sobre retomar o processo de revisão de IN nº 195/2008 que trata do ordenamento da pesca na bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste.

A sra. Bianca Larissa fala que foi pauta da reunião anterior e que se gerou essa recomendação que seria para encaminhar ao GTC, com o qual, a coordenadora do GTC sra. Juliana de Medeiros já apresentou a análise da proposta e juntamente a proposta apresentada pelos pescadores, vai se elaborar uma proposta final para ser encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente e a recomendação encontra-se em andamento.

Sobre a **recomendação 08/2025** que trata sobre encaminhar a proposta de regulamentação de pescaria de novas espécies (peixe-rei e violinha) nas Lagoas Mirim e Mangueira para o Grupo Técnico Científico (GTC) e MMA, solicitando indicação de monitoramento.

A sra. Bianca fala que esse tema foi apresentado no CPG e que está ocorrendo avanços, já foi repassado anteriormente a demanda ao GTC e está se estruturando uma proposta de minuta de portaria, construída pela proposta apresentada pela secretaria estadual e a análise realizada pelo GTC e continuar a articulações com o Ministério do Meio Ambiente, considerada a recomendação em andamento.

A **recomendação 09/2025** que trata sobre formalizar o Grupo de Trabalho de revisão da IN IBAMA nº 25 e 26 de 2009, a sra. Bianca fala que o plano de trabalho já foi apresentado no CPG em que se gerou uma recomendação e está na fase de publicação da IN e a portaria do grupo de trabalho irá contar com 10 membros do CPG e com convidados indicados ao longo das reuniões e a previsão que a publicação da portaria ocorra até o final do mês e se iniciem as reuniões com o grupo de trabalho, estando essa recomendação em andamento.

Por fim, a **recomendação 10/2025** que trata da apresentação da minuta de revisão da IN IBAMA nº 25 e 26 de 2009 até o primeiro semestre de 2026, que segundo a sra. Bianca a portaria ainda será publicada, tendo-se essa recomendação ainda em andamento.

#### **4.2 CONSTRUÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPG CENTRO-SUL**

O Sr. Cristiano Quaresma deu início à pauta seguinte da reunião, referente à “Construção das recomendações da 5ª Reunião Ordinária do CPG Centro-Sul”, apresentado pela coordenação do CPG Centro Sul.

O sr. Cristiano Quaresma iniciou sua fala indicando que a construção das recomendações vai ocorrendo ao longo das reuniões e sendo tomado nota do que for dialogado.

Assim ele fala que as que foram tomado nota vão estar descritas no documento de recomendação, com as devidas adequações e as demandas que não foram contempladas e que gostariam de serem adicionadas e algumas pautas que podem se tornar temas na próxima reunião.

Deste modo, o sr. Cristiano começou apresentando as recomendações que foram elaboradas até o momento aos membros e convidados da reunião. Sendo assim:

A **recomendação 01/2025** que versa “Desenvolver em parceria com o MMA / DCbio e órgãos estaduais de meio ambiente, um Plano / Programa de controle e monitoramento das Espécies Exóticas Invasoras em reservatório de hidrelétrica, incluindo estudos de impacto sobre a biodiversidade e diretrizes de controle”. Sem mais contribuições, sr. Cristiano considerou como aprovado.

A **recomendação 02/2025** que versa sobre “Solicitar aos membros do CPG/GTC Centro-Sul avaliação de necessidades de ajustes na Instrução Normativa IBAMA 43 de 2004”. Sem mais contribuições, sr. Cristiano considerou como aprovado.

A **recomendação 03/2025** que versa “Apresentar na próxima reunião a minuta de portaria referente à revisão da Instrução Normativa IBAMA nº 43, de 2004”. Assim segundo o sr. Cristiano a recomendação 02/2025 será o momento inicial de elaboração e contribuições a construção do documento e na recomendação 03 apresentar o documento final. Sem mais contribuições, o sr. Cristiano à considerou aprovada.

A **recomendação 04/2025** que versa “Solicitar ao IBAMA, IMASUL, intensificar a fiscalização ambiental em articulação com o município de Três Lagoas, sobre o lançamento dos efluentes industriais e urbanos”. Tema apresentado pelo professor Fernando Carvalho da UFMS, segundo o sr. Cristiano, em

que será elaborado um ofício solicitando uma reunião indicando que o tema foi apresentado no CPG para apresentação das problemáticas envolvendo o lançamento dos efluentes nos rios e convidado a colônia de pescadores, para que possa se desenvolver esse diálogo e posteriormente o assunto ser tratado localmente. Sem mais contribuições, o sr. Cristiano Quaresma considerou como aprovado.

A **recomendação 05/2025** que versa sobre “Promover workshop sobre pesca e hidrelétricas com os seguintes temas: pesca em reservatórios, pulsos de vazão (ecológica), monitoramento da pesca, Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) para pescadores(as) artesanais”.

O sr. Cristiano Quaresma fala que esta recomendação foi construída a partir do workshop que já está sendo demandado pelos outros CPG's. Até então, ele fala que estava em discussão sobre o tema pulsos de vazão e do monitoramento e que foi acrescentado o tema do pagamento do serviço ambiental e a pesca em reservatório.

Ele fala que o objetivo com esse workshop é trazer diversos autores, desde pesquisadores à pescadores para contribuir para a temática. Sem mais contribuições, sr. Cristiano considerou como aprovada.

A **recomendação 06/2025** que versa sobre “Estabelecer diálogo com a ANA e ONS para reavaliar a operação da eclusa (pulso de vazão), de forma a favorecer a renovação hídrica, mitigar os impactos ambientais no reservatório e contribuir para a sustentabilidade da pesca artesanal, assegurando a participação efetiva dos pescadores nos processos decisórios relacionados à gestão da barragem”.

O sr. Cristiano fala que mesmo esse tema sendo tratado no workshop, considera-se importante que já venha sendo articulado com a ANA e a ONS sobre o envio da demanda e que já está sendo tratada no workshop. Sem mais contribuições, sr. Cristiano considerou como aprovada.

A **recomendação 07/2025** que trata sobre “Avaliar, em conjunto com o MMA e instituições de pesquisa, a viabilidade da prática da pesca amadora, esportiva e profissional artesanal no perímetro urbano do Rio Piracicaba/SP”.

O sr. Cristiano fala que esta recomendação tem relação com a apresentação realizada pela Associação do SOS rio Piracicaba, para avaliar se configura como corredeira ou não e conseguir se gerar uma documentação nesse sentido para a prática segura a esses pescadores.

A sra. Paula Gênova (Instituto de Pesca de São Paulo) fala estar de acordo, contato que o pescador artesanal seja incluído. Sem mais contribuições, sr. Cristiano considerou como aprovada.

A **recomendação 08/2025** que versa sobre “Promover reunião com o MMA, ICMBio e Ibama e Órgãos Estaduais do meio ambiente para discutir ações que visem a recuperação de ambientes fundamentais para a reprodução e recrutamento de espécies nativas”.

O sr. Cristiano Quaresma fala que a partir da apresentação do professor Mário Orsi, é necessário verificar quais as ações estão sendo feita e podem ser feitas pelos órgãos ambientais e posteriormente possam ser apresentadas no âmbito do CPG.

A sra. Maria Poliano (Colônia Z-10 de Fátima do Sul/MS) em sua fala sugere que seja adicionado o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – Imasul, por ser um órgão do estado. Sem mais contribuições, sr. Cristiano considerou como aprovado.

A **recomendação 09/2025** que versa sobre “Construir um protocolo de enfrentamento a danos ambientais que incidem sobre a pesca em ambientes continentais, prevendo ações de prevenção, atendimento imediato a pescadoras e pescadores no contexto de crise, e de monitoramento da execução das medidas mitigadoras”.

O sr. Cristiano Quaresma menciona que a recomendação foi elaborada por conta da apresentação realizada pela sra. Diva Helena (Colônia de Pescadores de Icém/SP).

A sra. Diva Helena fala sobre em um primeiro momento de se realizar uma reunião mais a nível federal e em um segundo momento realizar uma reunião com os órgãos estaduais sobre o tema. E em complementação a este segundo momento, o sr. Itamir Lizot (Colônia de Pescadores de Ijuí) fala de convidar representantes do comitê de bacias municipais. Sem mais contribuições, sr. Cristiano considerou como aprovada.

A **recomendação 10/2025** que versa sobre “Encaminhar aos membros do CPG e GTC as propostas do workshop de Repovoamento para manifestações. Prazo de respostas 30 dias”.

O sr. Cristiano Quaresma fala que acredita ser um prazo razoável para as devidas manifestações e que será encaminhado aos outros CPG's para as devidas contribuições.

Por fim, a **recomendação 11/2025** que versa sobre “Solicitar a intensificação da fiscalização ambiental em relação ao lançamento dos efluentes industriais e urbanos nos rios Tietê, Piracicaba e Rio Grande”.

O sr. Cristiano indica em sua fala que foi ua recomendação elaborada pela apresentação realizada pela sra. Diva Helena (Colônia de Pescadores de Icém/SP), com o qual, o sr. Cristiano sugere que sejam incluídos os três rios mencionados ao longo da reunião, sendo eles o rio Tietê, Piracicaba e o rio Grande.

A sra. Paula Gênova (Instituto de Pesca de São Paulo) sugere que seja considerado o rio Tetê como um todo e o sr. Pedro Mendes (Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul) que seja incluído a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). Sem mais contribuições, sr. Cristiano considerou como aprovada.

## **7. DEFINIÇÃO DA DATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPG CENTRO-SUL**

Na sequência, o coordenador e os membros debateram sobre as possíveis datas e locais para a próxima reunião do CPG Centro-Sul. Após o debate, ficou acordado que a 6ª Sessão Ordinária do CPG Centro-Sul ocorrerá possivelmente em Rio Grande do Sul, ainda a definir o local e data que deve ficar para junho de 2026.

## **9. ENCERRAMENTO**

O Sr. Cristiano Quaresma, por fim, agradeceu a presença de todos e declarou formalmente encerrada a 5ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste - CPG Centro – Sul, às 17h00 (horário de Brasília).

### Anexo I

**Tabela 01.** Recomendações da 5ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste - CPG Centro - Sul da Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros - Rede Pesca Brasil, ocorrida em formato híbrido pela plataforma Microsoft Teams, nos dias 10 e 11 de setembro de 2025, em Três Lagoas/MS.

RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO*
<b>REC 01/2025:</b> Desenvolver em parceria com o MMA / DCbio e órgãos estaduais de meio ambiente, um Plano / Programa de controle e monitoramento das Espécies Exóticas Invasoras em reservatório de hidrelétrica, incluindo estudos de impacto sobre a biodiversidade e diretrizes de controle.	MMA/MPA	Outubro de 2025
<b>REC 2/2025:</b> Solicitar aos membros do CPG/GTC Centro-Sul avaliação de necessidades de ajustes na Instrução Normativa IBAMA 43 de 2004.	MMA/MPA/GTC	Setembro de 2025
<b>REC 3/2025:</b> Apresentar na próxima reunião a minuta de portaria referente à revisão da Instrução Normativa IBAMA nº 43, de 2004.	MMA/MPA	Primeiro semestre de 2026
<b>REC 04/2025:</b> Solicitar ao IBAMA, IMASUL, intensificar a fiscalização ambiental em articulação com o município de Três Lagoas, sobre o lançamento dos efluentes industriais e urbanos.	IBAMA / IMASUL/MPA	Setembro de 2025
<b>REC 05/2025:</b> Promover workshop sobre pesca e hidrelétricas com os seguintes temas: pesca em reservatórios,	MMA/IBAMA / MPA/GTC	Antes do próximo CPG

pulsos de vazão (ecológica), monitoramento da pesca, Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) para pescadores(as) artesanais.		
<b>REC 06/2025:</b> Estabelecer diálogo com a ANA e ONS para reavaliar a operação da eclusa (pulso de vazão), de forma a favorecer a renovação hídrica, mitigar os impactos ambientais no reservatório e contribuir para a sustentabilidade da pesca artesanal, assegurando a participação efetiva dos pescadores nos processos decisórios relacionados à gestão da barragem.	MMA/MPA/CNPA	Novembro de 2025
<b>REC 07/2025:</b> Avaliar, em conjunto com o MMA e instituições de pesquisa, a viabilidade da prática da pesca amadora, esportiva e profissional artesanal no perímetro urbano do Rio Piracicaba/SP.	MPA/MMA/SOS Piracicaba/CNPA	Novembro de 2025
<b>REC 08/2025:</b> Promover reunião com o MMA, ICMbio e Ibama e Órgãos Estaduais do meio ambiente para discutir ações que visem a recuperação de ambientes fundamentais para a reprodução e recrutamento de espécies nativas.	MMA/MPA	Novembro de 2025
<b>REC 09/2025:</b> Construir um protocolo de enfrentamento a danos ambientais que incidem sobre a pesca em ambientes continentais, prevendo ações de prevenção, atendimento imediato a pescadoras e pescadores no contexto de crise, e de monitoramento da execução das medidas mitigadoras.	MMA, IBAMA, CNPA, MPA, ANA	Para apresentação no próximo CPG.
<b>REC 10/2025:</b> Encaminhar aos membros do CPG e GTC as propostas do workshop de Repovoamento para manifestações. Prazo de respostas 30 dias.	MPA/MMA	Setembro de 2025
<b>REC 11/2025:</b> Solicitar a intensificação da fiscalização ambiental em relação ao lançamento	IBAMA/MMA/MPA/ CNPA/ SEMIL/ CETESB /IP-SAA-SP/	Setembro de 2025

dos efluentes industriais e urbanos nos rios Tietê, Piracicaba e Rio Grande.			
--	--	--	--

\*Trata-se do prazo para dar início às tratativas da recomendação.